



CÓDIGO DE CONDUTA



Para conhecimento dos Sócios Ordinários, Clubes, Sociedades Desportivas e demais interessados, vem o Conselho de Arbitragem da FPF, divulgar o Código de Conduta da Estrutura da Arbitragem Nacional.

O Presidente do CA da FPF

(José Fontelas Gomes)



CONSELHO DE **ARBITRAGEM**

ÉPOCA 2018/2019

Código de Conduta

Conselho de Arbitragem, Direção de Arbitragem, Árbitros,
Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores
e demais Membros da Estrutura da Arbitragem Nacional

- Futebol, Futebol de Praia e Futsal -
outubro 2018

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

Índice

Mensagem do Presidente	3
1. Preâmbulo	4
2. O dever dos Membros da Estrutura da Arbitragem Nacional perante a Sociedade	5
3. O vínculo ao Código de Ética da FIFA	6
5. O vínculo ao Plano Nacional de Ética Desportiva (PNED)	9
6. Resolução do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol	10
ANEXO	11

Mensagem do Presidente



Enquanto Presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, assumo e tenho presente, a cada momento e circunstância, a confiança e responsabilidade que me foram conferidas.

Sob essa premissa e tendo consciência do momento de particular desenvolvimento da arbitragem nacional – que é, e será sempre passível de crítica com maior ou menor sentido construtivo – este Conselho continuará a seguir na linha da frente da luta incessante na deliberação e aplicação de medidas que, na nossa perspetiva, sejam garante do crescimento sustentado da arbitragem portuguesa e da sua imagem junto das instâncias internacionais.

Essa caminhada implica a constituição e uniformização de processos, assentes na garantia de uma atuação de total transparência, rigor e imparcialidade.

Dessa forma, acreditamos que eis chegada a hora de formalizar um código de conduta de maneira a plasmar interna e externamente a orientação ética e moral que tem obrigatoriamente de constituir os alicerces de quem, como nós, trabalha todos os dias para uma arbitragem promotora de um espetáculo desportivo cada vez mais justo e apaixonante!

José Fontelas Gomes

1. Preâmbulo

Enquanto membros constituintes de um espetáculo estimulante para milhões de adeptos de todos os continentes, e tendo as suas atuações e decisões um impacto direto sobre o desfecho dos jogos e classificações, os árbitros, árbitros assistentes, cronometristas, observadores e demais membros da estrutura da arbitragem nacional têm uma responsabilidade acrescida sobre a imagem do desporto em geral e do futebol, futebol de praia e futsal em particular.

Tendo como premissa uma visão alargada que extravasa o mero resultado desportivo e observa o futebol como uma manifestação de cultura e valores, o Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, entende que todos os elementos na sua dependência e, nomeadamente, os agentes a quem cabe a aplicação das leis do jogo nos recintos desportivos, têm uma responsabilidade acrescida na adoção de um comportamento de elevada ética e conduta moral que obtenha um carácter pedagógico com base nos valores positivos do desporto e que se constitua como referência para a comunidade desportiva e especialmente para as crianças e jovens.

Nesses termos o documento que aqui se apresenta tem como objetivo primordial estabelecer um código de atuação e o estabelecimento de uma linha de comportamento ético e moral uniforme para todos os elementos do Conselho de Arbitragem e da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores e demais Membros da Estrutura da Arbitragem Nacional, e que constitui uma normativa interna de cumprimento obrigatório.

2. O dever dos Membros da Estrutura da Arbitragem Nacional perante a Sociedade

Numa sociedade em que a prática desportiva arroga elevada importância social e cultural, a função dos membros da estrutura da arbitragem nacional e principais responsáveis pela aplicação das leis do jogo, assume papel de relevo, não só pelo quadro específico da sua intervenção com praticantes e outros agentes, mas pelo que representa como modelo comportamental com uma necessária e fundamental componente pedagógica para crianças e jovens e adeptos em geral.

Os deveres destes membros não se esgotam, portanto, no cumprimento estrito e rigoroso das suas tarefas e vão além dessa superior responsabilidade. Estes agentes são elementos decisivos na direção e qualidade do processo desportivo e é exatamente pela natureza das suas funções, que devem constituir modelos de referência, cujas condutas se estendem aos outros agentes desportivos e à sociedade que não é inseparável desta manifestação universal que são hoje o futebol e o futsal.

Neste contexto, são objetivos gerais de todos os membros com responsabilidade na estrutura da arbitragem nacional do futebol, do futebol de praia e do futsal:

- i) A promoção da ética desportiva e do desenvolvimento do espírito desportivo;
- ii) A defesa da saúde e da segurança dos praticantes;
- iii) A valorização e a exigência incondicional pelo respeito entre os vários intervenientes, independentemente da ascendência, sexo, orientação sexual, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

3. O vínculo ao Código de Ética da FIFA

Os membros do Conselho de Arbitragem e da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol e os demais membros da estrutura da arbitragem nacional, nomeadamente, árbitros, árbitros assistentes, cronometristas que exerçam funções ao nível das competições internacionais, estão vinculados ao Código de Ética da FIFA e a um conjunto de orientações para que os referidos agentes:

1. Estejam conscientes da importância da sua função, assim como das suas obrigações e responsabilidades. A sua conduta deve refletir o suporte dos princípios e objetivos da FIFA e abster-se de qualquer ação que pudesse ser prejudicial a essas metas e objetivos. Devem respeitar o significado de sua fidelidade à FIFA e representá-la honesta, digna, respeitavelmente e com integridade.
2. Mostrem compromisso com uma atitude ética no exercício das suas funções, devendo comportar-se e agir com total credibilidade e integridade.
3. Não abusem, de forma alguma, da sua posição como parte de sua função, especialmente para tirar proveito para ganhos ou fins pessoais.
4. Evitem todas as situações que possam dar lugar a conflito de interesses. Há conflito de interesses quando um destes agentes tem ou parece ter interesses privados ou pessoais suscetíveis de impedir o cumprimento das suas obrigações com integridade, independência e determinação. Por interesse privado ou pessoal entende-se nomeadamente o facto de retirar benefícios para si, familiares, amigos ou conhecidos.
5. Em algum momento tenham a veleidade de ofender a dignidade de uma pessoa ou grupo de pessoas através de palavras ou atos de desprezo ou discriminatórios relativos à etnia, raça, cor, cultura, língua, religião ou sexo.
6. Assegurem que os direitos pessoais das pessoas com quem eles estão em contacto e com quem eles lidam sejam protegidos, respeitados e salvaguardados.
7. Reconhecerem o seu dever de lealdade especialmente para com a FIFA, Federações e Equipas.

8. Manterem em absoluta confidencialidade toda a informação recebida, de acordo com o princípio da lealdade. A divulgação de informação ou opinião deve efetuar-se de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos da FIFA e Federação em questão.

9. Nunca, e em qualquer circunstância, aceitarem prendas ou outros benefícios que excedam o valor médio relativo de costumes culturais locais a partir de quaisquer terceiros no exercício das suas funções. Se houver dúvida, as prendas devem ser declinadas.

10. Nunca, e em qualquer circunstância, oferecerem prendas ou outros que excedam o valor médio relativo de costumes culturais locais a quaisquer terceiros, no exercício das suas funções.

11. Nunca, e em qualquer circunstância, aceitarem comissões ou promessas de entidades para negociar acordos de qualquer tipo no exercício das suas funções.

12. Nunca, em qualquer circunstância, participarem direta ou indiretamente, em apostas, jogos, lotarias e eventos similares ou transações relacionadas com jogos de futebol. Estão igualmente proibidos de ter participações, ativa ou passivamente, em empresas, consórcios, organizações, etc., para promover, exercer como corretor, organizar ou realizar tais eventos ou organizações.

13. Denunciarem qualquer evidência que indique uma violação das regras de conduta ao Secretário Geral da FIFA, que deverá relatá-la ao órgão competente.

4. O vínculo ao Código de Conduta da FIFA para Árbitros dos Escalões mais Jovens

Os Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas e Observadores que exerçam funções ao nível das competições internacionais, estão vinculados ao Código de Conduta da FIFA para árbitros dos escalões mais jovens e a um conjunto de orientações que implica esperar que os referidos agentes:

1. Compreendam que arbitrar um jogo para crianças é completamente diferente de arbitrar um jogo para adultos.
2. Protejam as crianças física e emocionalmente.
3. Enfatizem o espírito desportivo do jogo ao invés dos erros e faltas.
4. Não interfiram excessivamente no jogo.
5. Deixem as crianças jogar.
6. Expliquem as razões das faltas quando cometidas e ensinem as regras do jogo quando as crianças errarem.
7. Se um jogador cometer um erro, permitam-lhe repetir a ação explicando-lhe qual foi o erro cometido.
8. Não tolerem linguagem inapropriada.
9. Sejam consistentes, objetivos e educados ao indicar as faltas.
10. Tenham uma atitude pedagógica ao arbitrar; expliquem o porquê das infrações.
11. Mantenham uma atitude positiva e alegre.
12. Mantenham o espírito desportivo em todas as circunstâncias.
13. Peçam às crianças para se cumprimentarem antes e depois da partida.

5. O vínculo ao Plano Nacional de Ética Desportiva (PNED)

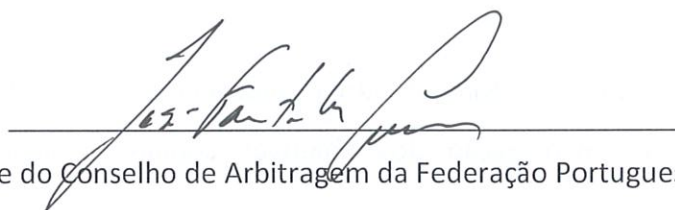
No Código de Ética Desportiva do PNED consideram-se destinatários do referido compromisso todas as entidades que de alguma forma se relacionam com o fenómeno desportivo, e no respeitante aos elementos com funções de Árbitro, Juiz, Cronometrista e demais aplicadores das leis do jogo indicam-se os mais relevantes compromissos a assumir:

1. Respeitar e fazer cumprir, com todo o rigor, as regras técnicas do jogo ou competição e contribuir para o seu desenvolvimento.
2. Recusar e denunciar a fraude ou manipulação de resultados, defendendo sempre a verdade desportiva.
3. Respeitar os agentes desportivos com os quais contatem, tratando-os, a todos, com a consideração devida.
4. Exercer funções de forma íntegra, isenta, independente e imparcial, dando conhecimento às autoridades desportivas competentes das situações que possam vir a colocar em causa esses mesmos valores.
5. Respeitar os colegas de atividade, fomentando a saudável e solidária relação entre todos, bem como contribuir para a concretização dos objetivos comuns à atividade desportiva que desenvolvem.
6. Constituir, mesmo na sua vida privada, um exemplo público de modelo ético para todos, sobretudo para os mais jovens.
7. Ser ponderados no ajuizar das decisões e imparciais nos critérios de decisão.
8. Adotar uma postura serena, firme, justa e promotora da igualdade.
9. Evitar qualquer situação que possa levar a conflito de interesses. Entende-se por conflito de interesses quando um destes agentes tem ou parece ter interesses pessoais suscetíveis de impedir o cumprimento das suas obrigações com integridade, independência e determinação. Por interesse pessoal entende-se o facto de retirar benefícios para si, familiares, amigos ou conhecidos.
10. Cumprir o Código de Ética Desportiva que tenha sido aprovado pelas associações de classe representativas da área de atividade em que se inserem.

6. Resolução do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol

Nos termos da argumentação plasmada nos pontos anteriores e, para além, do alinhamento com os comportamentos desportivos emitidos pelas entidades competentes, o Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, na pessoa do seu Presidente, José Fontelas Gomes, e ao abrigo das competências que lhe são conferidas faz aplicar as diretrizes neste Código de Conduta -em anexo-.

Cidade do Futebol, 9 de outubro de 2018



O Presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol

(José Fontelas Gomes)

ANEXO

CÓDIGO DE CONDUTA DO CONSELHO DE ARBITRAGEM DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

Artigo 1.º

Objeto

O Código de Conduta é um instrumento de autorregulação e que estabelece o conjunto de princípios e de valores em matéria de ética que deve ser reconhecido e adotado por todos os membros da estrutura da arbitragem nacional de futebol, futebol de praia e futsal, no exercício das suas funções, incluindo os membros do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, árbitros, árbitros assistentes, cronometristas, observadores e membros da Direção de Arbitragem, sem prejuízo do cumprimento de outras normas de conduta aplicáveis por via legal ou regulamentar.

Artigo 2º

Âmbito

O Código de Conduta aplica-se aos membros do Conselho de Arbitragem, Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores e, com as necessárias adaptações, aos membros da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol e demais membros da estrutura da arbitragem nacional.

Artigo 3º

Princípios

1 — No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Arbitragem e da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, os Árbitros, os Árbitros Assistentes, os Cronometristas, os Observadores e demais membros da estrutura da arbitragem nacional de futebol e futsal observam os seguintes princípios gerais de conduta:

a) *Prosecução do interesse do desenvolvimento da arbitragem do futebol, futebol de praia e do futsal* - dever de pugnar pela sua formação desportiva com o propósito de valorização do Futebol e Futebol de Praia futsal Portugueses;

b) *Transparência* - a responsabilidade como atitude firme e disponível, dirigida à justiça, com mobilização pessoal e assertiva;

c) *Imparcialidade* - independência, como qualidade de preservação da isenção relativa a qualquer pressão, que o limite no cumprimento dos seus deveres;

d) *Probidade* - a competência, como saber integrado, técnica e cientificamente suportado e em permanente reconstrução;

e) *Integridade e honestidade* - conjunto de qualidades pessoais que se expressam numa conduta honesta, justa, idónea e coerente;

f) *Urbanidade* - dever de contribuir para o cumprimento das regras éticas nas relações com os outros agentes desportivos ou com qualquer outra pessoa que exerça funções no domínio desportivo, ainda que a título ocasional. Pela natureza das suas funções no processo desportivo, exige-se-lhe o extremo rigor na defesa desses princípios éticos, constituindo-se como um modelo de referência e abstendo-se, por isso, de quaisquer condutas ofensivas ou que possam denegrir premeditadamente a dignidade de outros;

g) *Respeito interinstitucional* – dever de cumprir e estimular de forma exemplar a aplicação dos princípios do espírito desportivo junto das entidades e atores desportivos, realçando as possibilidades de afirmação dos valores da convivência e da tolerância que o desporto pode promover, contribuindo, com as suas afirmações e atos, para que um clima positivo se verifique, antes, durante e depois da competição propriamente dita;

h) *Garantia de confidencialidade quanto aos assuntos reservados dos quais tomem conhecimento no exercício das suas funções* – manter e garantir o sigilo de processos, procedimentos e matérias inerentes ao desempenho das funções que lhe estão confiadas.

2 — Os membros do Conselho de Arbitragem e da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores e demais membros da estrutura da arbitragem nacional agem e decidem exclusivamente em função da defesa da aplicação e cumprimento das leis de jogo, bem como da legislação e regulamentação aplicável em vigor, não podendo usufruir de quaisquer vantagens financeiras ou patrimoniais, diretas ou indiretas, para si ou para terceiros, ou de qualquer outra gratificação indevida em virtude do cargo que ocupem ou das funções que desempenhem.

Artigo 4.º

Deveres

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Arbitragem e da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores e demais membros da estrutura da arbitragem nacional devem:

- a) Abster-se de qualquer ação ou omissão, exercida diretamente ou através de interposta pessoa, que possa objetivamente ser interpretada como visando beneficiar indevidamente uma terceira pessoa, singular ou coletiva;
- b) Rejeitar ofertas ou qualquer uma das vantagens identificadas nos artigos 8.º e 10.º, como contrapartida do exercício de uma ação, omissão, voto ou gozo de influência sobre a tomada de qualquer decisão;
- c) Abster-se de usar ou de permitir que terceiros utilizem, fora de parâmetros de razoabilidade e de adequação social, bens ou recursos que lhe sejam exclusivamente disponibilizados para o exercício das suas funções.

Artigo 5.º

Dever de reserva e discrição

Os membros do Conselho de Arbitragem, da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores e demais membros da estrutura da arbitragem nacional de futebol, futebol de praia e futsal devem adotar uma postura reservada e discreta no que diz respeito ao exercício das suas funções, designadamente evitando a criação e manutenção de perfis pessoais e/ou profissionais em redes sociais.

Artigo 6.º

Violação do Código de Conduta

- 1 — A violação dos deveres impostos pelo presente Código implica responsabilidade disciplinar, nos termos dos regulamentos aplicáveis.
 - 2 — O disposto no presente Código não afasta nem prejudica outras formas de responsabilidade, designadamente penal ou civil, que ao caso caibam, nos termos da lei.
-

Artigo 7.º

Conflito de interesses

- 1 — Considera-se que existe conflito de interesses quando se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da conduta ou decisão de membro do Conselho de Arbitragem, da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitro, Árbitro Assistentes, Cronometrista, Observadores ou da estrutura da arbitragem nacional de futebol, futebol de praia e futsal.
- 2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se que existe conflito de interesses quando o agente tenha ou aparente ter interesses privados ou pessoais suscetíveis de impedir o cumprimento das suas obrigações com integridade, independência e isenção.
- 3 — Por interesse privado ou pessoal entende-se nomeadamente o facto de retirar benefícios para si, familiares, amigos ou conhecidos.

Artigo 8.º

Suprimento de conflito de interesses

- 1 — Qualquer membro do Conselho de Arbitragem, da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitro, Árbitro Assistentes, Cronometrista, Observador ou da estrutura da arbitragem nacional de futebol, futebol de praia ou futsal deverá declarar, através de documento próprio junto do Conselho de Justiça (dirigentes) ou Conselho de Disciplina daquela Federação Desportiva, que se encontra fora do risco de incorrer em situação de conflito de interesses.
- 2 — Qualquer membro referido no número anterior que se encontre perante um conflito de interesses deverá comunicar a situação ao Presidente do Conselho de Arbitragem, exceto aquando a situação descrita diga respeito ao próprio Presidente daquele Conselho e, neste caso, a comunicação deverá ser concretizada ao Presidente da Federação Portuguesa de Futebol.
- 3 — Qualquer dos membros referidos nos números 2 e 3 que se encontre perante um conflito de interesses, atual ou potencial, deve tomar imediatamente as medidas necessárias para evitar, sanar ou fazer cessar o conflito em causa, em conformidade com as disposições do presente Código.
- 4 — O disposto no presente artigo não prejudica a aplicabilidade do regime de incompatibilidades e de interesses das competições organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Artigo 9.º

Ofertas

1 — Os membros do Conselho de Arbitragem, da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores e demais membros da estrutura da arbitragem nacional de futebol, futebol de praia e futsal devem abster-se de aceitar qualquer tipo de oferta, independentemente do valor e a qualquer título, de pessoas singulares e coletivas privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os agentes referidos podem aceitar ofertas simbólicas, bem como ofertas correspondentes ao usos e costumes sociais e culturais locais, no exercício das suas funções.

3 — Em qualquer caso, os agentes não podem aceitar ofertas de valor igual ou superior a €150 nas competições nacionais e €300 nas competições internacionais.

Artigo 10.º

Dever de entrega e registo

1 — As ofertas a que se refere o artigo anterior devem ser comunicadas, pelo agente a quem foram dirigidas, ao Conselho de Arbitragem, que delas mantém um registo de acesso público.

2 — As ofertas a que se refere o número anterior devem, sempre que adequado, ser entregues a instituições que prossigam fins de carácter social.

Artigo 11.º

Convites ou benefícios similares

1 — Os membros do Conselho de Arbitragem, da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Árbitros, Árbitros Assistentes, Cronometristas, Observadores e demais membros da estrutura da arbitragem nacional de futebol e futsal abstêm-se de aceitar, a qualquer título, convites de pessoas singulares e coletivas privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras para assistência a eventos sociais, institucionais ou culturais, ou outros benefícios similares, que possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das suas funções.

2 — Entende-se que existe um condicionamento da imparcialidade e da integridade do exercício de funções quando haja aceitação de convites ou outros benefícios similares com valor estimado igual ou superior a € 150.

3 — Excetuam-se do disposto no número anterior:

Convites ou benefícios similares relacionados com a participação em cerimónias oficiais, conferências, congressos, seminários, feiras ou outros eventos desportivos, quando correspondam a usos sociais consolidados, quando exista um interesse para o desenvolvimento da arbitragem nacional ou quando sejam expressamente convidados na qualidade das funções que desempenham, assegurando assim uma função de representação oficial que não possa ser assumida por terceiros;

Artigo 12.º

Extensão de regime

1 — Os princípios e deveres constantes do presente Código devem constituir uma orientação genérica para as ordens, instruções, orientações e diretrizes emitidas pelos membros do Conselho de Arbitragem e da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, pelos dirigentes dos Conselhos de Arbitragem das Associações Distritais e Regionais de Futebol e pelos membros dos núcleos e associações de classe dos árbitros.

2 — Os membros dos Conselhos de Arbitragem e da Direção de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol incluem, nos objetivos de gestão, padrões de conduta consentâneos com o presente Código.

Artigo 13.º

Revisão e integração de lacunas

1 — O presente Código pode ser revisto a todo o tempo.

2 — Compete ao Conselho de Arbitragem, a revisão referida no número anterior, a integração de lacunas existentes, bem como o esclarecimento de quaisquer dúvidas resultantes da interpretação do presente regulamento.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor a partir do dia seguinte ao da sua publicação em Comunicado Oficial.